

ARNALDO MISKIER

EDUCAÇÃO PARA O MEIO RURAL

Conferência no I Congresso Interamericano
de Administração da Educação - Brasília ,
11 de dezembro de 1979.

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO RURAL DIFERENCIADA

É necessário que a população do meio rural participe mais ativamente no processo de desenvolvimento do País e se beneficie de seus resultados. Para isso, os programas de promoção rural investigam, experimentam e difundem diferentes métodos, meios e recursos. A Educação surge como componente fundamental desse esforço, cuja finalidade é o aperfeiçoamento da comunidade rural, tornando-se procedimento básico para a melhoria da sociedade em seu todo.

A tradição secular de centralização da educação brasileira teve como decorrência o trato relativamente superficial de tudo o que se refere à educação rural. Se do Rio de Janeiro foi comandado o destino da nossa pedagogia, durante tantos anos, como esperar que pudessem ser atendidas as peculiaridades locais ou as diferenças regionais, além dos imensos vazios existentes em nosso território?

Somente a partir de 1960, com a transferência da Capital para Brasília e a conseqüente abertura de estradas, rasgando o País na descoberta do seu interior, se tornou possível uma ação em favor de uma educação rural com características próprias e que não constituísse solução simplista, nem mero arremedo do que se aplica ao meio urbano. Nasceu, assim, o sentimento de desurbanização do currículo.

Chegou-se a executar uma política desastrosa para o homem do campo, porque subestimava a sua capacidade e as suas potencialidades. Ministrava-se uma educação de segunda classe às zonas rurais ou um ensino marcado por opiniões tipicamente urbanas, numa linguagem de difícil assimilação pela clientela a que se destinava.

Sem o conhecimento da realidade do campo, de sua problemática, do universo vocabular dos seus homens - consideradas as diferenças de região - e do seu modo de pensar e agir, torna-se impraticável obter resultados expressivos, no que se refere à função educacional.

Criou-se um grande abismo entre a educação destinada à população urbana e a vinculada ao homem do campo, exigindo este mensagens bem mais simples, para que ocorresse a sua completa absorção.

Diante desse quadro, a primeira colocação relevante que devemos fazer é a seguinte: falta ao Brasil um modelo de educação rural. Hoje, várias iniciativas estão em andamento, inclusive a que visa a traçar o perfil da clientela. Existe a perspectiva de uma larga utilização de tec-

nologias educacionais, através de um processo de transferência, mas é preciso, desde logo, fixar a necessidade de se coordenarem esforços, a fim de evitar a duplicidade indesejável e perdulária. Há vários Ministérios e diversos Grupos de Trabalho pretendendo o mesmo, ou seja, a identificação de políticas e estratégias que permitam dar à educação rural o tratamento prioritário de que necessita. Entendemos que a maior responsabilidade cabe ao Ministério da Educação e Cultura, como órgão coordenador da área.

Colocada a premissa de que a educação rural deve ser diferente e por isso merece um cuidado todo especial, queremos fazer referência a um segundo e, também, importante aspecto: as imensas distâncias de nosso País induzem ao exame das virtualidades da teleducação. Estivemos muito próximos do lançamento de um satélite doméstico de telecomunicações, projeto adiado em razão das nossas atuais dificuldades cambiais, e que poderia repetir o uso que dele se faz em outros países, como a Índia e o Canadá. (*)

Enquanto não se chega a contar com esse recurso - trata-se de um projeto de 160 milhões de dólares - melhor fará o sistema se potencializar o uso da televisão, do cinema e, especialmente, do rádio educativo, instrumento de custo bastante reduzido, que cobre, praticamente, todo o território nacional, com os seus 35 milhões de aparelhos e 90 milhões de ouvintes, ou seja, 80% da nossa população. Defendemos, francamente, os projetos de educação rural que utilizem plenamente o rádio, acompanhado de material de apoio elaborado por especialistas que tenham ampla vivência das necessidades do homem do campo. A idéia não é original, pois já faz muito sucesso em outros países, como a Colômbia e o Senegal. Com a excelente rede montada pelo Projeto Minerva em todo o País, cobrindo Estados e Territórios e abrangendo 1.200 emissoras de rádio, seria relativamente simples a formalização de um grande projeto nacional de educação rural.

ESCARSA QUALIFICAÇÃO

Do total da população brasileira economicamente ativa, 13 milhões, isto é, 44%, localizavam-se na agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca, segundo o Censo de 1970 do IBGE. Esses 13 milhões de trabalhadores possuem duas características que se inter-relacionam: a escassa qualificação profissional e o baixíssimo nível de produtividade. Tais características os levam e a 40 milhões de pessoas, que constituem seus familiares e dependentes, a uma condição subumana de vida,

(*) Estamos sabendo que o projeto vai ser retomado pelo Governo, com o lançamento previsto para 1986.

a integrarem um estrato social em que não são atendidas as exigências mínimas de alimentação, vestuário, moradia, saúde, educação etc.

A consequência direta desta situação é um fenômeno de grande importância que se processa no País. As atuais formas de produção levam a concentrações populacionais cada vez mais numerosas, acarretando uma liberação crescente de mão-de-obra agrícola, o que alimenta o fluxo de pessoas para as regiões urbanas e ocasiona o crescimento e adensamento de cidades. A urbanização, aliás, que ocorre hoje em todo o mundo, é a grande mudança social deste final de século.

Uma grande parte da Terra, o chamado "Terceiro Mundo", enfrenta desafios decorrentes do efetivo populacional, a velocidade do crescimento, a urbanização crescente e, sobretudo, a escassez desmesurada de recursos econômicos. São estes, objetivamente, os problemas dos países em desenvolvimento e, em grande parte, são, também, questões pertinentes ao Brasil e aos brasileiros.

A industrialização e a urbanização, favorecendo o aparecimento das grandes metrópoles, fizeram das décadas de 60 e 70 o momento a partir do qual o Brasil se transformou num país urbano, sem que, no entanto, tivesse preparo ou infra-estrutura para tal.

Com o deslocamento da população do campo para a cidade, surgiram grandes massas despreparadas para o novo estilo de vida, determinado pelo desenvolvimento. As famílias, sem cultura urbana e normalmente muito numerosas, foram submetidas ao desafio da aculturação. Geralmente elas se fixam nos anéis periféricos dos conglomerados urbanos, favorecendo a elevação dos índices de mortalidade infantil e do grau de desnutrição, uma vez que moram em casebres, normalmente de precárias condições de higiene, e exercem atividades que não possibilitem melhoria de vida.

A PROJEÇÃO PARA O ANO 2000

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, no Boletim Demográfico 1977, divulgaram a projeção populacional brasileira, segundo a qual, no ano 2000, seremos 202.269.000 pessoas, das quais apenas 29,51%, ou seja, 59.500.000 estarão no meio rural.

É evidente que para os problemas existentes no meio rural e para outros que surgem como consequência, as soluções são difíceis, por

que, se buscarmos respostas simplificadas, criaremos novos impasses, às vezes mais profundos, de ordem política, econômica, administrativa, social ou ecológica.

Aqui surge o recurso-chave: a Educação.

EDUCAÇÃO, O RECURSO-CHAVE

Sabemos que dentro do leque de fatores que contribuirão para melhorar as condições de vida do homem do campo, dando-lhe, ao mesmo tempo, razões objetivas para que se fixe no meio rural e participe do desenvolvimento sócio-econômico global da sociedade brasileira, está a Educação, meio pelo qual se busca ampliar os limites da consciência do homem, a fim de que ele modifique o seu comportamento. Uma Educação cujo conteúdo só se poderá adequar à realidade do País, se for planejada sobre uma reflexão crítica, a partir da situação sócio-econômico-política e geográfica do País. A Educação é, ao mesmo tempo, um produto do sistema e um dos instrumentos essenciais à sua sobrevivência, portanto dela deveremos alijar, energicamente, algumas de suas mais negativas características:

- 1ª) conteúdo e formas elitistas, que transmitem conhecimentos, valores e normas não correspondentes às necessidades e situações da população;
- 2ª) estrutura de funcionamento autoritária e paternalista;
- 3ª) carência de recursos humanos e materiais para atender a todos.

Só a partir de uma concepção e revisão mais profunda e ampla é que tornaremos, de fato, a Educação um fator indispensável e dinâmico, dentro da estrutura do desenvolvimento. A Educação cria, influencia e determina o quadro sócio-cultural; preserva o patrimônio de conhecimento e o enriquece, tornando possível a descoberta de novos métodos e técnicas. A Educação, já comprovada em termos de investimento econômico como substancial para a produção, transcende essa função, pois significa o próprio progresso da espécie humana. Investir em Educação, além de possibilitar o bem-estar geral, significa, na nossa realidade, trazer para a sociedade de consumo toda uma população que, numericamente, representa um outro país (até mais de um) existente dentro de nossas fronteiras.

AS FORÇAS RESTRITIVAS

Considerando as forças restritivas ao desenvolvimento de uma política de educação rural, podemos apontar alguns aspectos da situação, embora simplificados:

1º) A falta de mão-de-obra qualificada, nas localidades onde a maior parte do trabalho agropecuário é realizado à base de atividades primárias, mediante procedimentos tradicionais, alguns ainda semelhantes aos dos indígenas. Tal fato ocasiona o aumento da massa de população constituída de cultivadores de produtos de subsistência ou agricultores que comercializam em pequena escala, cujos níveis de vida material e renda em dinheiro são muito baixos;

2º) Os reduzidos índices de cultura agropastoril, expressos desde deficientes técnicas de estocagem até o tratamento e transporte da produção. Assinale-se, também, a utilização inadequada de tecnologia por agentes improvisados, desprovidos das condições mínimas exigidas e movidos pelo espírito de imitação, sem qualquer discernimento;

3º) As condições subumanas de vida, que se contrapõem à propalada vida confortável e progressista da zona urbana, aprofundam a convicção do homem do campo, através de gerações sucessivas, de que deve abandonar o tipo de vida que conhece. Ele deseja deixar o meio em que vive, mesmo diante da perspectiva de subvida nos centros urbanos, onde se fixará na favela ou no subúrbio;

4º) O ensino de 1º grau, no Brasil, tem outro de seus problemas críticos nas deficiências que existem na zona rural. Além de professores que, tendo, às vezes, apenas formação urbana e, portanto, são despreparados para o ensino no campo, registra-se uma baixa qualidade dos conteúdos ministrados nas escolas, ao lado de um número verdadeiramente espantoso de professoras leigas, isto é, sem qualquer formação.

A população escolarizável, na faixa etária de 7 a 14 anos, sem nenhuma assistência, é bastante expressiva, elevando-se a cerca de 7 milhões de jovens. Outros indicadores, como evasão e repetência, denunciam a gravidade da situação. A evasão, principalmente da passagem da 1ª para a 2ª série, deriva, não só de fatores sócio-econômicos, mas também do significativo índice de repetência: mais de 50%. Esse índice agrava-se ano a ano, em razão da má qualificação do magistério na zona rural, onde a incidência de professores leigos, sem falar da carência quantitativa, chega, em alguns Estados, a 90%. A situação precária do ensino fundamental no campo

dava-se, também, à falta de condições dos municípios para administrar a parte do sistema educacional que lhes compete, embora o PRO-MUNICÍPIO, criado pelo Ministério da Educação e Cultura especificamente para esse fim, já exista há cerca de quatro anos e atue em 739 (menos de 25%) dos 4 mil municípios brasileiros.

PLETORA DE PROJETOS

A educação rural, no Brasil, apresenta uma característica que poderá, futuramente, trazer prejuízos à sua rentabilidade: é a pletores de projetos. Não só escolas e professoras constituem a essência da educação rural; são também imprescindíveis a formação profissional, a assistência técnica e a extensão rural. O II Plano Nacional de Desenvolvimento-1975 / 1976, no conjunto de objetivos e diretrizes da ação governamental, estabelece as bases para programas específicos no meio rural, no sentido de criar as condições necessárias ao seu desenvolvimento social e econômico. Esse desenvolvimento, que resultará da conjugação de esforços de diversos setores atuantes, acarretará profundas transformações no meio rural, especialmente nos aspectos sociais e de qualidade de vida.

Dentro desse quadro institucional, o MEC, numa reflexão permanente sobre as necessidades sociais do País e, particularmente, de cada região, e sempre em confronto com a formação proporcionada pelo próprio sistema, considera que a educação nas áreas rurais exige dos planejadores e administradores uma atitude específica, que atenda aos reais anseios da comunidade.

O II Plano Setorial de Educação e Cultura, que consubstanciou medidas operacionais decorrentes da Política Nacional Integrada da Educação, previu, entre outras, as seguintes metas:

1ª) expansão da escolarização nas zonas rurais, de acordo com a potencialidade e a especificidade de cada região do País, procurando assegurar, pelo menos, quatro séries de Educação Fundamental;

2ª) melhoria da produtividade do ensino do 1º grau, pela redução dos índices de evasão e repetência escolar, de forma integrada com outros setores de atividade social e econômica, e pela preparação de recursos humanos;

3ª) intensificação da assistência nutricional à clientela do 1º grau;

4º) desenvolvimento de processos educativos, formais e não formais, que se ajustem às necessidades e peculiaridades sócio-econômicas das diferentes regiões rurais do País.

A operacionalização da política educacional de atendimento à zona rural vem-se efetivando de várias formas, sendo uma delas a execução do já mencionado Projeto de Assistência ao Ensino Municipal - PROMUNICÍPIO. Este, sob a coordenação nacional da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC, baseia-se no princípio de descentralização da administração executiva da Educação, especialmente quanto ao ensino de 1º grau. Subjacente a esse princípio, considera-se o de estímulo à ação local como agente poderoso de mobilização da comunidade, em favor de sua participação no equacionamento de problemas - não apenas de ordem educacional - mas num contexto global. Destacam-se outras ações, tais como programas de alfabetização e educação continuada, construção e instalação de estabelecimentos de ensino agropecuário, visando à ampliação de oferta de formação profissional para o setor, capacitação de professores leigos, apoio técnico e financeiro a instituições que atuam no campo, programa de extensão universitária, visando à aproximação entre a universidade e sua realidade regional, programas de alimentação na escola, distribuição de material escolar e estudos e pesquisas sobre educação no meio rural.

Outro aspecto relevante que desejamos mencionar é o apoio que vem sendo dado pela COAGRI às escolas-fazenda que se acham em funcionamento em todo o território nacional, através de efetiva assistência técnica.

CONCLUSÃO

Assim, em resumo, poderemos anunciar as seguintes medidas práticas no sentido de valorizar a educação rural:

- 1º) Elaborar um modelo brasileiro de educação rural;
- 2º) Formular uma estratégia nacional de educação rural, sob a coordenação do MEC, a fim de evitar duplicidade de esforços e recursos;
- 3º) Promover a desurbanização do currículo, contemplando as peculiaridades locais;
- 4º) Criar um núcleo para utilizar tecnologias educacionais no campo, estabelecendo um processo de transferência de informações, métodos e processos existentes em centros mais adiantados, mas com pleno respeito às nossas características sócio-culturais;

5ª) Otimizar o emprego do rádio e da televisão na educação rural, através de um esforço conjugado do MEC com os sistemas estaduais de educação;

6ª) Estimular a formação de técnicos de nível intermediário em Agropecuária, de acordo com o Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu as famílias ocupacionais básicas;

7ª) Criar estímulos efetivos de emprego para o homem do campo, a fim de atenuar a tendência ao êxodo rural;

8ª) Preparar material instrucional adequado às áreas rurais;

9ª) Promover um amplo levantamento das necessidades de formação do homem do campo, dividindo o País através de 41 distritos geoeeducacionais, a fim de assegurar o atendimento das características regionais;

10ª) Estabelecer um grande programa de formação e aperfeiçoamento de professores para a zona rural, com ênfase no exercício de 1º e 2º graus, procurando atribuir remuneração condigna a esses profissionais e reduzir o número de leigos.

A EDUCAÇÃO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1980

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro vem procurando encaminhar a solução de seus problemas no sentido da realidade sócio-econômica das diferentes regiões do Estado, a fim de que os resultados obtidos sejam convenientes ao pleno atendimento das necessidades específicas de cada região.

Essa posição corresponde à política de descentralização da Secretaria, que mantém dezesseis Centros Regionais e cinquenta e nove Núcleos de Educação e Cultura, disseminados por todo o Estado e desempenhando o papel de órgãos de representação da Secretaria nos 64 municípios.

Por outro lado, a atual administração se preocupa vivamente com o problema da capacitação para o trabalho, com a profissionalização, que a Lei nº 5.692, de 11/8/1971, coloca como elemento-base do 2º grau e que pode já ser desenvolvida nas últimas séries do 1º grau, num processo de antecipação, previsto na lei.

Em termos do Norte fluminense, nossa preocupação maior se volta para a educação rural.

Todavia sabemos que o Rio de Janeiro é um Estado do passado os-

sencialmente agrícola que, por uma série de razões, se foi apagando para chegar à situação atual, caracterizada pelo esvaziamento demográfico das regiões do interior, a baixa renda da população remanescente e o consequente poder aquisitivo muito baixo, a necessidade de escoamento da produção para as áreas urbanas etc. Para se ter uma idéia do nosso desequilíbrio de renda, pode-se afirmar que a antiga Guanabara tem a renda "per capita" de 3.500 dólares e o Norte fluminense não passa de 300 dólares.

A educação rural no Norte fluminense é uma preocupação permanente da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro.

Essa educação rural apresenta dois aspectos:

1º) A formação de técnicos que possam, realmente, melhorar a situação da agricultura na região e, ao mesmo tempo, preparar os jovens, para dirigirem suas futuras propriedades, o que resultará na sua permanência no campo;

2º) A formação de uma mentalidade voltada para o meio rural. Achemos que já temos condições de colocar a questão junto aos jovens, mostrando-lhes que os atrativos da cidade grande não são o que todos pensam e sensibilizando-os quanto à possibilidade de viverem decentemente e bem, em sua própria região.

Essas medidas se constituem na única fórmula capaz de deter o êxodo encontrado em quase todo o Estado e, principalmente, no Norte fluminense: do campo para as pequenas cidades e destas para os grandes centros urbanos.

Considerando as medidas que julgamos oportunas, em termos de Brasil, já apontadas, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, tendo em vista as regiões-programa em que se dividiu o Estado e observando as peculiaridades que as caracterizam, estabeleceu, para 1980, as seguintes estratégias, para uma ação que atenda às necessidades do meio rural e leve em conta as propostas do III PND e do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado:

I - Núcleo Agropecuário do Cordeiro

Pratenda a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro ampliar o trabalho que já vem sendo desenvolvido na escola experimental em funcionamento no Parque de Exposições da Secretaria do Estado

de Agricultura e Abastecimento, em Cordeiro. Em regime de centro inter-scolar, ela oferece, em nível de 1º grau, cursos de Formação Especial em Agropecuária, com opções em olericultura, campeiro-vacinador, inseminação artificial, cunicultura, educação para o lar e artes industriais. As instalações da escola permitem atender a 1.200 alunos. Esse atendimento, que se estende aos municípios vizinhos, é feito sob a supervisão dos técnicos da EMATER.

II - Núcleo Agropecuário de Miracema

Visando a atender às necessidades de qualificação para o trabalho, em nível de 1º grau, da população escolar dos Municípios de Miracema, Santo Antônio de Pádua, Itaocara e Laje de Muriaé, em face do recente diagnóstico sócio-econômico-educacional realizado na área, que indicou carência de mão-de-obra qualificada para o setor primário da economia, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro espera proporcionar a melhoria dos níveis de bem-estar da população, oferecendo cursos que qualifiquem a clientela do 1º grau para o trabalho e abram, ao mesmo tempo, oportunidades de profissionalização no 2º grau.

A região é de economia predominantemente agropecuária, mas as técnicas rudimentares nela utilizadas requerem modernização, tanto na agricultura como na pecuária. Os cursos a serem oferecidos pelo Núcleo Agropecuário de Miracema contribuirão para a melhoria da mão-de-obra regional, que vai aparecer como insumo no sistema produtivo.

O projeto prevê a construção de um prédio, numa área total de 1.300 m², para funcionamento do Núcleo; a aquisição de equipamento e material permanente básicos para o funcionamento das atividades pedagógico-administrativas, e o treinamento de professores da rede estadual, em curso de estudos adicionais de 720 horas/aula, nas áreas de Técnicas Agropecuárias e Educação para o Lar. O custo do projeto atinge 20 milhões 775 mil cruzeiros e nele estão envolvidos as Secretarias do Estado de Educação e Cultura e de Obras, esta através da Empresa de Obras Públicas, as Secretarias de Saúde e de Agricultura e Abastecimento, esta pela EMATER.

III - Núcleo do Colégio Estadual Antônio Sarlo, de Campos

O levantamento das condições sócio-econômicas do Norte fluminense e, particularmente, do Município de Campos, revelou alguns aspectos